

LUCROS AMBIENTAIS

* Roberto Rodrigues

Há cerca de 20 anos fiz uma viagem à Suécia, para conhecer seu cooperativismo e sua agricultura, atividade difícil em função do clima que impõe apenas 6 ou 7 meses por ano para as operações, do plantio à colheita.

Quase todas as fazendas possuíam uma pequena área florestada. Quando começava a nevar, já em novembro, o agricultor ia até sua mata, cortava um número X de árvores, removia-as para a sede e passava o inverno trabalhando a madeira, serrando, aparando, fazendo táboas, vigotas, peças para móveis, etc. Quando a primavera dava seus primeiros sinais, ele vendia a madeira preparada e plantava, na mata, o mesmo número X de árvores que havia cortado.

Interessado neste trabalho, perguntei a um fazendeiro quem fiscalizava isto. E ele, estranhando a pergunta:

- "Fiscalizar o que?"

Respondi imediatamente, "quem fiscalizava o fato dele repor as árvores que tinha cortado". No mesmo instante me dei conta da estupidez da pergunta, e da distância oceânica que nos separava, culturalmente.

Claro, a floresta era uma atividade econômica para ele, uma atividade produtiva rural, como os grãos que semearia na primavera. E ainda por cima, fazia uma contribuição positiva – e voluntária – em defesa do meio ambiente, mormente considerando que a mudinha plantada demoraria uns 40 anos para ser colhida! Só na outra geração! Mas calou fundo a idéia de eco-eco, ecologia com economia.

Anos mais tarde, em visita a uma fazendinha na Holanda, mês de março, primavera começando, reparei que, no pequeno gramado em frente à casa, aparado na véspera, havia 3 estacas fincadas, em torno das quais, em um diâmetro de 50/60 cm, a grama não tinha sido cortada.

Perguntado sobre o porquê daquilo, o agricultor me contou que naquela área havia um bulbo que na primavera brotava, produzindo flores que estavam em extinção na região, e ele recebia uma subvenção para preservá-las. Por isso não cortava o gramado ali, com medo de cortar pequenas folhas que por acaso já estivessem nascendo.

De novo me encantou o modelo: lá, dão um prêmio para quem preserva; aqui, uma multa para quem não preserva. Lá, o positivismo; aqui o negativismo.

Ambas estas histórias poderiam servir de motivação nas nossas intermináveis discussões sobre o tamanho da Reserva Legal, sobre a Área de Preservação Permanente fazer parte da Reserva Legal, sobre a compensação de áreas fora do perímetro da fazenda, sobre exploração sustentada da Reserva Legal e, eventualmente, até da APP, e assim por diante.

Deveríamos construir um modelo de florestamento com esta visão positiva que incorpore o tema da economia no processo florestal produtivo, mesmo que esta não seja a principal atividade na propriedade rural. O agricultor precisa ser

estimulado a cuidar do ambiente, para além da questão cultural e/ou educacional. Ecologia pode e deve dar lucro.

Já existem instituições que cuidam da prestação de serviços ambientais e resolvem isto, inclusive com remuneração através de CDM.

Da mesma forma, já existem modelos de certificação da madeira produzida com este tipo de exploração sustentada. E não é só: as produções de plantas medicinais, aromáticas, ornamentais, são outras atividades em florestas plantadas, especialmente quando as árvores são nativas da região.

Plantar florestas, mesmo como atividade secundária na fazenda, pode dar dinheiro, deve dar dinheiro. E a contribuição ambiental virá muito mais expressiva.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**